STJ00090032

SUMÁRIO

Introdução 15

Capítulo 1 – Teoria Constitucional dos Direitos Fundamentais 23

1.1 O caráter normativo dos direitos fundamentais 25

1.2 O processo de concretização constitucional para a eficácia das normas de direitos fundamentais 30

1.2.1 Eficácia e efetividade: distinção necessária 30

1.2.2 Interpretação, hermenêutica e concretização constitucional 36

1.3 Estrutura das normas jurídicas: regras e princípios 50

1.4 Conceitos de direitos fundamentais 58

1.5 Dimensões ou "gerações" de direitos fundamentais 65

1.6 Acerca da multifuncionalidade dos direitos fundamentais 70

1.7 Categorias dos direitos fundamentais sob o ângulo funcional 75

1.7.1 Direitos fundamentais como direitos de defesa 76

1.7.2 Direitos fundamentais como direitos a prestações 78

1.7.2.1 Direitos a prestações em sentido amplo 82

1.7.2.2 Direitos a prestações em sentido estrito 86

1.8 A natureza subjetiva e objetiva dos direitos fundamentais 89

1.9 Direitos fundamentais como trunfos contra a maioria 98

1.9.1 A posição dos direitos fundamentais como trunfos no Estado Democrático de Direito 103

Capítulo 2 – Evolução Histórica e a Internacionalização dos Direitos Fundamentais 109

2.1 Formação e evolução histórica dos direitos fundamentais 110

2.1.1 A positivação dos direitos sociais fundamentais 115

2.1.2 Os direitos sociais fundamentais nas constituições brasileiras de 1934 a 1988 117

2.2 Internacionalização dos direitos fundamentais 121

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br

2.3 A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 126

2.4 A incorporação e a hierarquia dos direitos fundamentais sediados em tratados internacionais 128

Capítulo 3 – A Eficácia dos Direitos Sociais Fundamentais 157

3.1 O surgimento e evolução do Estado Social e Democrático de Direito 158

3.2 A consagração constitucional dos direitos sociais e o princípio da socialidade 165

3.3 Concepções do Estado de Bem-Estar (*Welfare State*) 169

3.4 Direitos sociais: sentido, alcance e universalidade 179

3.5 Necessidade de afirmação da fundamentalidade dos direitos sociais.... 194

3.6 Normas programáticas e normas definidoras de direitos sociais fundamentais 202

3.7 A eficácia dos direitos sociais fundamentais 210

3.7.1 A realização dos direitos sociais fundamentais e a reserva do possível 222

3.8 A natureza cláusula pétrea dos direitos sociais fundamentais 225

3.9 O princípio da aplicabilidade imediata e da plena eficácia das normas definidoras de direitos sociais fundamentais. Alcance do art. 5º, § 1º da Constituição Federal de 1988 229

Capítulo 4 – Segurança Jurídica e o Princípio da Proibição de Retrocesso Social na Ordem Jurídico-Constitucional Brasileira .. 241

4.1 Segurança jurídica no estado de direito 242

4.2 Da segurança jurídica à proteção da confiança 246

4.3 Proteção da confiança como feição subjetiva da segurança jurídica .. 253

4.4 Fundamentação jurídico-constitucional de uma proibição de retrocesso social no Brasil quanto aos direitos sociais 256

4.5 O conteúdo material do princípio da proibição de retrocesso social na Constituição Federal de 1988 258

4.6 O reconhecimento do princípio da proibição de retrocesso social na ordem jurídico-constitucional brasileira 266

Conclusão 271

Referências 277

Índice Alfabético 285

BDJur
http://bdjur.stj.gov.br